

Relatório Preliminar das Propostas

Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do processo: 2016/300.10.005/448

Objeto da contratação: Fornecimento de eletricidade em instalações MT, BTE e BTN ao abrigo de Acordo Quadro da CIMAL

Aos 30 dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas 10 horas, reuniu o júri do procedimento, para nos termos das alíneas b) e c) do art.º 69.º, art.º 70.º e art.º 122.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação – Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, proceder à análise e avaliação das propostas, e elaborar o relatório preliminar do processo de contratação para ***"Fornecimento de eletricidade em instalações MT, BTE e BTN ao abrigo de Acordo Quadro da CIMAL"***.

Nos termos do n.º 1 do art.º 67.º do CCP o júri do procedimento foi designado por deliberação de Câmara de 17/11/2016, com a seguinte composição:

- Miguel Falcão, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Serviços Urbanos, na qualidade de presidente;
- José Oliveira, Eng.º, na qualidade de primeiro vogal efetivo que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Ana Pereira, Jurista, na qualidade de segundo vogal efetivo;
- Helena Leal, Jurista, na qualidade de primeiro suplente;
- Jorge Farinha, Eng.º, na qualidade de segundo suplente.

1. Introdução

Em conformidade com o caderno de encargos e convite do procedimento, o preço base fixado é de € 290.000,00 (duzentos e noventa mil euros), devendo o fornecimento dos bens ocorrer no prazo de 6 (seis) meses, no período compreendido entre 01/01/2017 e 30/06/2017 ou até que o valor da faturação seja igual ao valor contratual. O critério de adjudicação é o da proposta com o preço mais baixo, por lotes, nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 74.º do CCP.

2. Entidades convidadas

Foram convidadas a apresentar proposta as empresas adjudicatárias do Acordo Quadro, respetivamente:

- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.;
- GALP Power, S.A.;

3. Análise de Propostas

Na sequência do convite apresentaram propostas os seguintes concorrentes:

- EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., com entrada na plataforma no dia 25/11/2016 pelas 16:50 horas;
- Galp Power, S.A., com entrada na plataforma no dia 28/11/2016 pelas 16:58 horas;

Em sede de análise de propostas verifica-se que ambos os concorrentes apresentam a codificação da proposta incorreta. Nos termos do artigo 67.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto – Diploma que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22.º e o Anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40.º e o Anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 - sob a epígrafe "Codificação das propostas e identificação das empresas concorrentes", os dados do formulário principal devem ser objeto de codificação, cabendo ao concorrente codificar as propostas que apresenta. Resulta do n.º 2 do mesmo artigo que a "codificação de cada proposta é exigível desde o início do respetivo carregamento e é feita de acordo com as regras que constam do Anexo II", ao mesmo diploma.

Por sua vez, o Anexo II, vem elencar as regras a que a codificação deve obedecer, designadamente:

- "a) O código identificador das propostas resulta da agregação de dois subcódigos, separados por um ponto, respeitantes ao lote do procedimento e à proposta propriamente dita, mesmo que não haja divisão do procedimento em lotes;
- b) O primeiro subcódigo assume o valor 0 quando não existam lotes e números de ordem a partir de 1 para identificar cada lote, quando existam;
- c) O segundo subcódigo assume o valor 0 para uma proposta base e números de ordem a partir de 1 para identificar cada proposta variante.

Por outro lado, nos termos da al. I), do art.º 146º, do CCP, sob a epígrafe "Relatório preliminar", o júri, deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que não observem as formalidades do modo de apresentação fixadas nos termos do disposto no art.º 62.º do CCP, que por sua vez remete para diploma próprio os termos a que deve obedecer a apresentação e a receção das propostas – Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Pelo que antecede, as propostas devem ser excluídas pelo facto de as mesmas não se encontrarem codificadas nos termos definidos quer pelo Anexo II, porquanto os códigos foram incorretamente introduzidos.

No entanto, considerando que foram convidadas a apresentar propostas as empresas adjudicatárias do Acordo Quadro, não tendo sido violado o princípio da igualdade, da transparência ou da concorrência. Considerando que as inconformidades cometidas não influenciam a ordenação das propostas, considerando-se tais inconformidades como irrelevantes e inoperantes na medida em que nada alteram o conteúdo das propostas, em nome do interesse público, por razões de economia processual bem como pelo princípio do aproveitamento do procedimento, entende-se admitir ambas as propostas, passando-se de seguida à sua respetiva análise.

Após a análise o júri deliberou, por unanimidade, admitir ambas as propostas, porquanto correspondem ao solicitado no caderno de encargos e se fizeram acompanhar de todos os elementos instrutórios fixados no ponto XIII do Convite, nomeadamente:

- Declaração Anexo I do CCP devidamente assinada e apresentada em conformidade com a sua atual redação;
- Preço total expresso em algarismos e por extenso;
- Condições de pagamento;
- Indicação da forma de faturação;
- Prazo de execução dos serviços;
- Prazo de validade da proposta;
- Os documentos da proposta estão redigidos em língua portuguesa;

4. Ordenação de Propostas

Tendo por base o critério de adjudicação para o efeito fixado no convite, o júri analisou as propostas não excluídas tendo sido deliberada a seguinte ordenação:

- Galp Power, S.A., no valor de € 231.167,18 (duzentos e trinta e um mil, cento e sessenta e sete euros e dezoito cêntimos), com a seguinte repartição por lotes:
 - Lote 1 – Baixa Tensão Normal (BTN) - € 43.045,59 (Quarenta e três mil, quarenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos);
 - Lote 2 – Baixa Tensão Especial (BTE) - € 126.063,69 (cento e vinte seis mil, sessenta e três euros e sessenta e nove cêntimos);

Lote 3 – Média Tensão (MT) - € 62.057,90 (sessenta e dois mil, cinquenta e sete euros e noventa cêntimos)

- EDP Comercial – Comercialização de Energia, S.A., no valor de € 235.359,10 (duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove euros e dez cêntimos);

Lote 1 – Baixa Tensão Normal (BTN) - € 43.625,61 (Quarenta e três mil, seiscentos e vinte cinco euros e sessenta e um cêntimos);

Lote 2 – Baixa Tensão Especial (BTE) - € 128.645,92 (cento e vinte oito mil, seiscentos e quarenta e cinco euros e noventa e dois cêntimos);

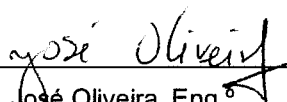
Lote 3 – Média Tensão (MT) - € 63.087,57 (sessenta e três mil, oitenta e sete euros e cinquenta e sete cêntimos).

5. Audiência Prévia

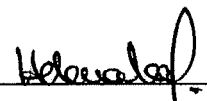
Para efeitos de audiência prévia, em cumprimento do disposto no n.º 1 art.º 123.º do CCP, o júri irá proceder à notificação dos concorrentes, conferindo-lhes o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo deste direito.

Sines, 6 de dezembro de 2016


O Júri do Procedimento Primeiro Vogal que substitui o Presidente


José Oliveira, Eng.º

Primeiro Suplente


Helena Leal, Jurista

Segundo Suplente


Jorge Farinha, Eng.º